



COIMBRA

Ex-vereador julgado por fraude de 28 mil €

ARGUIDO Luís Vilar começou ontem a ser julgado devido a comissões de serviço em consultadoria **NEGÓCIO** Venda do antigo edifício dos CTT foi polémica e já motivou vários processos judiciais

MÁRIO FREIRE

O antigo vereador socialista na câmara de Coimbra, Luís Vilar, voltou ontem ao tribunal na qualidade de arguido acusado pelo Ministério Público de fraude fiscal. Em causa estão cerca de 28 mil euros de impostos, que terão ficado por liquidar em 2005, por comissões de serviço em consultadoria financeira e imobiliária, que o antigo vereador mediou na venda do antigo edifício dos CTT em Coimbra.

DEFESA CONSIDERA QUE SE TRATA DE UM PROCESSO-FANTASMA

Trata-se de um negócio que tem sido alvo de várias polémicas e já originou diversos processos judiciais, como este, que ontem começou a ser julgado no tribunal de Coimbra. Na primeira sessão, o arguido remeteu-se ao silêncio e foi ouvido um inspetor da Autoridade Tributária e Finanças. Durante a audiência, a defesa de Luís Vilar quis perceber “como é que foram apurados os valores referentes ao ano de 2005”.



Luís Vilar (esq.) a entrar para o Tribunal Judicial de Coimbra onde começou a ser julgado por um crime de fraude fiscal

O inspetor baseou-se no relatório por si elaborado em 2003, remetendo os esclarecimentos “para outro responsável tributário”. O advogado Luís Miguel Rodrigues falou “de um processo-fantasma, à semelhança de outros que têm sido julgados

na sequência deste caso”. A sessão foi suspensa pela ausência de duas testemunhas, que não foram notificadas em tempo útil. Segundo a defesa, o Tribunal Administrativo e Fiscal já decidiu, imputando este valor ao ano de 2003. “Ano em

que foi feito o negócio e a escritura da venda do edifício, não havendo nada declarado em 2005”, adiantou ao CM o advogado de defesa Luís Miguel Rodrigues. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

